



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Sr. Cap. Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo
Ministro da Previdência Social,
informações sobre o crescimento
das despesas do Regime Geral de
Previdência Social (RGPS) e seus
impactos no orçamento da União.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Previdência Social, solicitação de informações sobre o crescimento das despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e seus impactos no orçamento da União.

Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

1. Quais são as projeções oficiais do Ministério da Previdência Social para a despesa do RGPS, em valores nominais e como percentual do PIB e da despesa primária da União, para os exercícios de 2026 a 2030?
2. Quais fatores específicos o Ministério identifica como principais responsáveis pelo crescimento real de 14,2% na despesa com benefícios entre 2021 e 2025, e qual a projeção de evolução do estoque total de benefícios do RGPS para os próximos cinco anos?
3. Qual a avaliação do Ministério sobre o crescimento de 45,9% no estoque de auxílios por incapacidade temporária entre 2021 e 2025, incluindo eventuais mudanças nos procedimentos de perícia médica (como o Atestmed) que possam ter influenciado esse resultado, e quais medidas de controle e combate a fraudes estão em curso?





4. O Ministério possui estudos ou propostas em análise para ajustes nas regras do RGPS diante da trajetória de crescimento da despesa acima do crescimento da economia, e, em caso afirmativo, quais são os parâmetros e o cronograma previstos?

5. Como o Ministério avalia o impacto regional dessa despesa, especificamente nos estados da região Norte e no Amazonas, discriminando, se possível, o número de benefícios emitidos e o valor total pago no estado do Amazonas em 2025?

Justificativa

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) nº 112, divulgado em maio de 2026 pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado Federal, aponta que a despesa do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) somou R\$ 1,027 trilhão em 2025, equivalente a 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) e a 42,9% de toda a despesa primária da União.

Segundo a IFI, a despesa previdenciária voltou a crescer em termos reais após 2021, mesmo depois da reforma da Previdência aprovada em 2019, com avanço médio real de 3,6% ao ano entre 2022 e 2025. O relatório atribui essa alta principalmente ao aumento no estoque de benefícios, e não ao valor médio pago: entre 2021 e 2025, a despesa com benefícios cresceu 14,2% em termos reais, com destaque para o crescimento de 45,9% no estoque de auxílios por incapacidade temporária no mesmo período.

Trata-se de tema de relevância nacional, com impacto direto sobre a capacidade do Estado brasileiro de investir em áreas estratégicas como infraestrutura, saúde, educação e segurança pública, além de afetar diretamente a população amazonense, que depende fortemente de benefícios previdenciários e assistenciais em razão das características socioeconômicas da região.

Diante do exposto, e por entender que o Poder Legislativo deve acompanhar de perto a trajetória fiscal da Previdência Social e as medidas em





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

estudo pelo Poder Executivo, submeto o presente requerimento à apreciação dos pares.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 24 de agosto de 2026.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM

